



VIII **Eu penso**
&
Seminário
de Graduação
em Filosofia

CADERNO DE RESUMOS

27 a 29

novembro de 2023

Campus Goiás – UFG

Goiás - GO

realização

FILOSOFIA
LICENCIATURA

CÂMPUS
GOIÁS



FILOSOFIA
BACHARELADO

CÂMPUS
GOIÁS



VIII Eu penso

&

I Seminário de Graduação em
Filosofia

Caderno de Resumos

Golás

2023



Universidade Federal de Goiás

Reitora

Angelita Pereira de Lima

Vice-Reitor

Jesiel de Freitas Carvalho

Campus Goiás

Diretora

Margareth Pereira Arbués

Vice-Diretora

Denise de Oliveira Alves

Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas

Chefe

Cícero Josinaldo da Silva Oliveira

Subchefe

José Gonzalo Armijos Palácios

Organização

Silvio Carlos Marinho Ribeiro (UAECH - Campus Goiás – UFG)

Comissão Científica

Ana Gabriela Colantoni (Campus Goiás - UFG)

Cícero Josinaldo da Silva Oliveira

Fábio Amorim de Matos Junior

Júlia Sebba Ramalho Morais

Pedro Jonas de Almeida

Priscilla da Veiga Borges

Renata Maria Santos Arruda

Ricardo Delgado de Carvalho

VIII Eu penso
&
I Seminário de Graduação em
Filosofia

Caderno de Resumos

Organizador
Silvio Carlos Marinho Ribeiro

Campus Goiás – UFG

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ribeiro, Silvio Carlos Marinho Ribeiro (organizador)
Cadernos de Resumo do VIII Eu penso e I Seminário de
Graduação em Filosofia do Campus Goiás - UFG [manuscrito] / Silvio
Carlos Marinho Ribeiro Ribeiro. Goiás: UAECH - Campus Goiás -
UFG, 2023. xxx, 30 f.

ISBN XXX XXXX

1. Filosofia. 2. Educação. 3. Pensamento Crítico. I. Título.

CDU 1

Sumário

Apresentação.....	06
Palestras	
Adriana Delbó.....	08
Aia Hipacia.....	08
Ana Gabriela Colantoni.....	09
Edgar Lyra Netto.....	10
Helena Esser dos Reis.....	11
José Gonzalo Armijos Palácios.....	11
Marcos Carvalho Lopes.....	12
Priscilla da Veiga Borges.....	13
Comunicações	
Adyla da Silva dos Santos.....	15
Alison Rodrigues Cardoso.....	16
André Vinícius Dias Carneiro.....	17
Andressa Alves Souto.....	18
Bárbara Leandro Porto Mota.....	19
Davi Maranhão De Conti.....	20
Gabriel Telles dos Santos Burgarelli.....	21
Gabriela Carvalho Carneiro.....	22
George Francisco Ceolin.....	23
Igor Freitas Martins.....	24
Ingrid Talissa Barbosa Brito.....	25
Islane Viana de Souza e Aline Franciele Silva Santos.....	25
Kellen Aparecida Nascimento Ribeiro.....	26
Natalha Geralda Cunha.....	27
Newton Santiago David.....	28
Sergio Murilo Fernandez Munhoz Fontana.....	29
Suyane Quirino de Melo.....	30
Wendel de Jesus Ribeiro Leite.....	31

APRESENTAÇÃO

O evento *Eu penso* foi idealizado pelo professor Dr. José Gonzalo Armijos Palácios com o objetivo de incentivar os estudantes de Filosofia a manifestarem suas preocupações filosóficas de forma autoral e original. O primeiro *Eu penso* ocorreu em 2009 e foi o primeiro evento filosófico promovido pelo recém-criado curso de Licenciatura em Filosofia do Campus Goiás da UFG na Cidade de Goiás.

O professor Gonzalo, há vinte e seis anos atrás, lançou o livro *Como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio*, obra provocativa e que sintetiza o espírito que deu origem ao *Eu penso*. A tese básica do livro é a de que, no Brasil, não há uma cultura de filósofos e produtores de pensamentos filosóficos originais e autorais, mas uma cultura de leitores e comentadores de filósofos estrangeiros. Esta situação geraria uma condição tácita de subordinação aos clássicos e aos pensadores estrangeiros contemporâneos.

O ato de filosofar, evidentemente, não se reduz ao comentário ou exegese dos clássicos da filosofia nem dos pensadores contemporâneos. Ele surge em situações que nos deixam perplexos e nos fazem levantar perguntas radicais e exigir respostas radicais, respostas que não podem ser simplesmente construídas a partir de descrição de fatos nem de experimentos científicos. Neste sentido, o evento *Eu penso* é uma espaço para a expressão da filosofia em seu sentido original. Todavia, evidentemente, a tradição acadêmica é um conjunto de castelos construídos em continentes colossais, e o *Eu penso*, apenas uma pequena ilha no oceano. A sua pretensão é de ser apenas um começo, uma chama, que pode aumentar na medida em que tomarmos consciência do ato de filosofar no sentido mais autêntico, mas que pode diminuir se ficarmos limitados às tradições acadêmicas, marcadas por uma espécie de indústria do comentário de textos filosóficos, orientada pela visão de que os pensadores estrangeiros representam autoridades cujas credenciais não podem ser questionadas.

O VIII *Eu penso* e o I Seminário de Graduação em Filosofia recebeu dezenas de resumos com propostas de apresentação oral, dentre os quais, foram selecionados os que aqui se encontram publicados. Recebemos tanto trabalhos acadêmicos tradicionais, como alguns de caráter mais original e autoral.

Agradecemos a todos os participantes, aos estudantes e aos professores dos cursos de Filosofia do Campus Goiás da Universidade Federal de Goiás. Sem vocês, o presente evento não aconteceria nem existiria.

Silvio Carlos Marinho Ribeiro, 25 de novembro de 2023

MORAL DO RESENTIMENTO EM A CONFISSÃO DA LEOA?

Hanifa Assulua é uma mulher. Ela é casada, mãe de quatro filhas, sendo que já enterrou três delas. É uma personagem governada pela raiva, pela necessidade de vingança e de ataque. No contexto do livro "A confissão da leoa", de Mia Couto, ela sofre por suas demandas psíquicas e subjetivas, que podem ser consideradas, simultaneamente, problemas políticos e sociais, visto que são aspectos de um gênero e de uma classe: uma mulher pobre; o que é compreendido como ser mulher; o que sente uma mulher que perde filhas por causa de problemas sociais/culturais; o que é ser uma mulher identificada apenas à maternidade e que vive sem acesso à realização de desejos. Hanifa Assulua diz não ter sequer preferências, porque nunca aprendeu a querer. Ela é comandada por leis do marido. Ela mesma alega que as mulheres foram enterradas pelos homens. Os maridos fazem isso com as mulheres. Ela vive movida pela necessidade de vingar-se dos homens. Viajar não está em seu destino. Não busca outros lugares e formas de vida, e tenta impedir sua filha, a única sobrevivente, de sair da aldeia onde moram e sofrem. É destituída do sagrado e nutre inimizade por todos. Prefere embriagar o marido, pois acha que a violência dele bêbado é mais amena do que as formas de violência de quando está sóbrio. O ressentimento como única forma de relação da Hanifa Assulua com a vida será analisado neste trabalho tendo como referência a noção de ressentimento em Nietzsche, na obra Para a Genealogia da Moral, quando o filósofo explica o problema de o ressentimento ser o impulso criador e a fonte da geração de valores. Segundo ele, diante da impossibilidade da ação, a vingança é a única reação que resta. Pretende-se pensar se o ressentimento que move Hanifa Assulua é o mesmo que move uma moral escrava, e se há condições de escape do ressentimento quando são as condições sociais e políticas as únicas condutoras da vida de uma pessoa.

Palavras-chave: Nietzsche, ressentimento, valores

DO SILENCIAMENTO AO ATO DE RUGIR COMO UMA LEOA

Se as culturas humanas mudam e se diferenciam entre si em decorrência das diferenças geográficas e do tempo histórico, como apontam trabalhos antropológicos (VIVEIROS

DE CASTRO, 2015), por outro lado, parece haver uma linha tênue que assemelha ou privilegia elementos, dessas culturas diferentes entre si, aos corpos dos homens (SEGATO, 2023). No livro *A Confissão da Leoa*, Mia Couto, a partir do seu lugar de homem branco moçambicano, narra histórias reais vívidas por mulheres de Kulumani. As experiências que nos interessa examinar nessa comunicação são aquelas vinculadas ao ato do silêncio e ao ato do estupro, que atinge o corpo e a *psique* das mulheres. No romance, os leões animais não humanos são usados como metáforas para anunciar a ação violenta levada a cabo pelos “leões” homens humanos. Os primeiros leões devoram por fome, por ter tido seu território invadido em decorrência da colonização, da guerra civil e do desordenamento que as guerras causam nos territórios geográficos e nos territórios corpos biológicos. Já os leões, metáfora para os homens, devoram a partir de uma razão cuja norma – norma no sentido definido por Judith Butler (2004) – é erguida pela invisibilização e pela abjeção às mulheres. Assim, me interessa pensar quais os caminhos trilhados pelas mulheres do romance para romper com o silenciamento e com a violência que é intensificada com a guerra civil. Quais habilidades e astúcias são apreendidas para suportarem as violências e continuarem o curso da vida? Como o arquétipo do leão, um animal com simbologia importante naquele país, proporcionou e provocou a revolta das mulheres, de modo que essas passassem a se ver como leoas? Como o seu rugido, aqui metáfora para voz, expõe a violência das normas patriarcais? Ao expô-las, o silêncio é rompido? O que é feito a partir do rompimento? Como se curam as feridas das violências? A hipótese é que as mulheres, nesse ato de erguerem suas vozes, constroem sororidade/irmandade e mesmo que as feridas não se curem por completo, elas se harmonizam em espaços curativos e herdaram mais resistência.

Palavras-chave: feminismos; silenciamento; resistência; contracolonial; Mia Couto.

Ana Gabriela Colantoni

vania21santos@gmail.com

MASCULINIDADE CRÍTICA

Lourenço Cardoso define “branquitude acrítica” como o grupo de pessoas brancas que negam que o racismo existe, que pensam que seus privilégios são fruto de méritos pessoais e defendem a manutenção do sistema tal como ele existe. Também define “branquitude crítica” como sendo o grupo de pessoas brancas que se declaram antirracistas. Desde a década de 90, no Brasil, há uma quantidade considerável de autores

que mudaram o objeto de pesquisa sobre as questões raciais. Em vez de estudarem negros e indígenas, como era o foco até antes desse período, passaram a considerar que o desvio da norma – O/a Outro/a que deve ser estudado/a – é quem possui privilégios na hierarquia de poder racial: a pessoa branca. Esse é um aspecto muito interessante para fazermos um paralelo sobre as questões do feminismo: precisamos colocar como objeto de pesquisa as pessoas que possuem privilégios na hierarquia do gênero: os homens. Assim como Lourenço Cardoso define “branquitude crítica” e “branquitude acrítica”, pretendo aqui definir masculinidade acrítica e masculinidade crítica. Masculinidade acrítica é o grupo de homens que pensam que são superiores por uma lei natural, ou por seus méritos próprios, bem como expressam que as mulheres e pessoas não-binárias são seres inferiores, que precisam ser dominados. Masculinidade crítica é o grupo de homens que se declaram feministas. Entretanto, assim como integrantes da branquitude crítica podem entrar em contradição em suas atitudes privadas, isso também acontece com alguns integrantes da masculinidade crítica, pois, apesar de assumirem-se feministas, não admitem seus privilégios e não são agentes de transformação nos meios em que vivem. Dessa maneira, além de apresentar esses conceitos nesse trabalho, pretendo utilizar-me do personagem Rolando de Mia Couto, em *A confissão da Leoa*, para analisar as atitudes da masculinidade crítica.

Palavras-chave: masculinidade crítica; masculinidade acrítica; feminismo

Edgar Lyra Netto

lyranetto@gmail.com

FILOSOFIA, REFORMA DO ENSINO MÉDIO E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O NEM (Novo Ensino Médio), instituído pela Lei 13415/2017, está agora em processo de revisão legislativa. O disparador dessa revisão é o PL 5230/2023, que propõe uma série de modificações no referido ordenamento político-pedagógico, entre elas o retorno da obrigatoriedade do ensino de filosofia no segmento. Estando claro que não se trata apenas de uma defesa corporativa dos professores legalmente habilitados a lecionar esse componente curricular, faz-se necessário, com a mesma determinação, reabrir a discussão sobre o ensino de filosofia na educação básica brasileira, em outras palavras, sua atualizada e imprescindível importância formativa. O propósito desta apresentação, por tudo isso, é o de elencar e discutir algumas das demandas assim geradas, que incluem não

só por questões curriculares, por exemplo, relativas à relação do cânone com as vozes filosóficas emergentes, mas também pela formação de professores, pela garantia de condições de trabalho e pela atenção a urgências novíssimas, como as ditadas pelo recrudescimento da hegemonia tecnológica, cuja ponta mais visível é representada pela digitalização da vida, pela inteligência artificial e seus modelos generativos de linguagem. Vale, por fim, lembrar que 2024 será ano de início de um novo PNE (Plano Nacional de Educação), e que nenhuma atenção à sua construção será pequena, em face do que está mais profundamente em jogo.

Palavras-chave: Filosofia; Novo Ensino Médio; Plano Nacional de Educação

Helena Esser dos Reis

helenaesser@ufg.br

ENTENDER A DEMOCRACIA: HÁ REMÉDIOS CONTRA A CRISE?

Diferentes autores da tradição filosófico-política compreendem a democracia de maneiras distintas, ressaltando ora a participação, ora a representação, ora a igualdade dos cidadãos, ora a liberdade dos indivíduos, ora a ação governamental, ora a força da maioria, enfim. Sem pretender encontrar uma unidade conceitual, a palestra pretende, em primeiro lugar, apresentar algumas linhas mestras de compreensão deste conceito, importantes para o entendimento do tempo presente. Em vista do compromisso com este tempo, em segundo lugar, a palestra buscará discutir acerca das tensões próprias às democracias, a fim de investigar suas forças e fragilidades e apontar para possibilidade (ou não) de elaborar remédios contra a crise democrática.

Palavras-chave: democracia, filosofia política, representação, igualdade, liberdade

José Gonzalo Armijos Palácios

gonzalo@ufg.br

HEGEL SOBRE O FILOSOFAR: UMA ANDORINHA NÃO FAZ VERÃO

Nesta apresentação discute-se a concepção de filosofia presente nas *Lições de História da Filosofia*, de Hegel, para se estabelecer uma comparação com teses defendidas, sobre o mesmo assunto, no livro *De como fazer filosofia, sem ser grego, estar morto ou ser gênio*, publicado por primeira vez em 1997. O texto das *Lições de História da Filosofia*

reúne aulas que Hegel ministrara em vários períodos. Em *1805-06 em Jena*, 1816-17 em Heidelberg, e entre 1819 e 1831, ano de seu falecimento, em Berlin. As lições de Hegel foram publicadas postumamente pela primeira vez entre 1833 e 1836, por um dos seus ex-estudantes, Karl Ludwig Michelet, a partir de manuscritos do próprio Hegel e anotações de alguns de seus estudantes. Esta apresentação das ideias de Hegel faz parte de uma disciplina concebida como uma introdução às teses que o filósofo alemão defendera no seu outro curso: *Lições de Filosofia da História*. A escolha da oferta da disciplina sobre as *Lições de história da filosofia* de Hegel não tinha nenhuma relação com o tema desta apresentação. A motivação foi minha ignorância do conteúdo dessa obra que, de fato, nunca tinha lido, mas cuja leitura considerei necessária para conhecer as ideias que Hegel tinha sobre os filósofos clássicos, tanto antigos e medievais, como modernos, seus contemporâneos. Mas ao ler a Introdução dessas *Lições* percebi uma série de teses que me impressionaram e que mostram corretamente as condições para se filosofar, uma atividade de forma alguma individual ou pessoal e, sim, uma tarefa e uma empreitada inseridas num necessário marco cultural, histórico e social. Entre outras coisas, e adiantando um resultado, o que para mim ficou claro sobre as condições e o ato de filosofar na leitura dessa Introdução foi isto: uma andorinha não faz verão.

Palavras-chave: Hegel, definição hegeliana de filosofia, filosofia no Brasil

Marcos Carvalho Lopes

marcosclopes@gmail.com

A FILOSOFIA COMO CULTURA POP

A filosofia é, geralmente e de modo justificado, pensada a partir da diferenciação e distanciamento em relação as aparências e aos simulacros de conhecimento que seduzem a multidão e são imitados de modo irrefletido. Mas é também tarefa da filosofia “salvar as aparências” e dialogar com os mitos do seu tempo e com os discursos que moldam as identidades. Sendo assim, perguntar sobre a relação entre filosofia e cultura dentro de uma sociedade de consumo é uma tarefa incontornável quando se quer imaginar possibilidades de emancipação ou de tradução do melhor no mais comum. Neste trabalho pretendo descrever (1) como desenvolvi essa relação pensando a canção popular e outros objetos da cultura de massa; (2) e como esta mesma questão aparece em alguns autores

da filosofia africana; e, por fim, (3) recontextualizar este questionamento com as possibilidades de pensar a partir do lugar.

Palavras-chave: filosofia; cultura pop; filosofia africana; filosofia brasileira; lugar

Priscilla da Veiga Borges

priscilla_veiga_borges@ufg.br

GRAMÁTICA DA PALAVRA “DOR” NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

Wittgenstein, no parágrafo 244 das *Investigações Filosóficas*, faz uma pergunta que, à primeira vista, parece ser relativamente simples: “Como as palavras se referem a sensações?” Mas ao longo da tradição filosófica essa pergunta se mostra bastante complexa em razão de seus desdobramentos céticos. Tradicionalmente consagrou-se a ideia de que o significado das palavras em geral ocorre por associação a entes físicos, abstratos ou mentais. A palavra “cadeira”, por exemplo, tem significado na medida em que se refere a um determinado objeto, a saber, uma cadeira. No caso das sensações, como é o caso da palavra “dor”, o significado é determinado por associação ou referência à sensação de dor, segundo essa tradição. Os problemas que envolvem o modelo tradicional de significação, e que são trabalhados criticamente por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, em especial, no parágrafo 244 e seguintes, passam pelo questionamento dos critérios de fixação do significado das sensações e o padrão de correção dos termos psicológicos, relacionados a esse modelo, uma vez que, a resposta tradicional ao questionamento do parágrafo 244 leva ao ceticismo. De um modo geral, buscaremos, neste trabalho, compreender os desdobramentos da resposta dada pela tradição filosófica ao questionamento do parágrafo 244. Nossa hipótese de trabalho passa por avaliar que de um ponto de vista tradicional, embora a resposta oferecida seja problemática, disso não se segue que a resposta do modelo tradicional de atribuição de significado é uma resposta equivocada, necessitando ser totalmente descartada pela filosofia. O posicionamento de Wittgenstein é justamente o de organizar a linguagem a tal ponto em que a resposta da filosofia tradicional à questão sobre a referência das palavras faça sentido. E, segundo Wittgenstein, isso ocorre nos contextos em que a proposição trata de objetos, como é o caso da proposição “O sofá está na sala” (WITTGENSTEIN, 1989, p. 254), ou “Há três janelas nesta sala” (WITTGENSTEIN, 1989, p. 250) e não quando a proposição trata de

sensações. Nesse sentido temos que, segundo Wittgenstein, a gramática das palavras relacionadas às sensações é totalmente diversa da gramática voltada para objetos físicos.

Palavras-chaves: Wittgenstein, sensações, gramática, ceticismo

ANÁLISE, EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS COMPARTILHADAS ACERCA DA REALIDADE ESCOLAR NA ESCOLA LYCEU DE GOIÁS PROFESSOR ALCIDE JUBÉ

Apesar de vivermos na contemporaneidade, ainda é fundamental se falar sobre educação, pois muitos temas e pautas são e ainda precisam ser debatidos. Tendo isso como base, o papel da educação na vida de cada indivíduo sempre serviu de alicerce para a construção de um mundo e uma sociedade melhor e mais justa, na qual todos estão inseridos. O presente relatório, que aqui será apresentado, tem como fundamento primordial descrever as experiências vividas, compartilhadas, presenciadas e, sobretudo, analisadas no Estágio Curricular Obrigatório I na escola-campo Lyceu de Goiás Professor Alcide Jubé na cidade de Goiás, bem como diversos diálogos acerca da realidade escolar dos alunos, professores e funcionários, fazendo, a partir disso, uma sucinta análise da infraestrutura e da estrutura administrativa e pedagógica da unidade. Levando em consideração tais aspectos, visitas, entrevistas e análise do plano pedagógico de ensino foram imprescindíveis para que tal relatório pudesse ser melhor desenvolvido e compreendido. Como já fora salientado, por trás de todo o acompanhamento e visitas à escola surgiu a oportunidade de poder estar entrevistando tanto professores como alunos e funcionários que informaram sobre as barreiras que enfrentam diariamente e como muitos empecilhos poderiam ser transformados e como eles lidam com tais questões. Justamente por essa razão o uso de depoimentos e entrevistas foram extremamente fundamentais e autorizados para descrever todo o contexto. Ademais, a escritora, professora e ativista antirracista Bell Hooks foi bastante relevante para que este trabalho tivesse uma visão mais completa e enriquecedora de como a educação precisa ser melhor vista e trabalhada, e como ela pode refletir e influenciar o futuro de uma nação mais inclusiva, livre e igualitária, onde a democracia, o diálogo e a pluralidade venham se fazer manifestas verdadeiramente. Assim sendo, o papel e o valor educacional na vida de cada cidadão sempre serviram e servirão como uma estrutura para a edificação de um mundo melhor no qual vivemos e nos apresentamos.

Palavras-chave: educação; diálogo; transformação

DILEMA MORAL EM DR. HOUSE: CONFIGURAÇÃO DO DILEMA DO SIGILO EM *CANE AND ABLE* (EPISÓDIO DA SEGUNDA TEMPORADA)

Pensar sobre casos hipotéticos relacionados às questões éticas é uma atividade significativa que nos auxilia nas tomadas de decisão quando vivenciamos questões concretas. Assim, pretendemos aplicar os fundamentos da deontologia e do utilitarismo sobre o enredo de um dos episódios da série Dr. House, “*Cane and able*”, para mostrar que, neste caso, há uma configuração daquilo que é chamado de dilema de correntes, em que se obtém respostas divergentes ao se aplicar teorias diferentes. Pois são os dilemas morais que fazem com que as pesquisas no âmbito da ética sejam relevantes. Nesse episódio, o dilema é vivenciado por uma médica, que está em dúvida sobre o que seria mais importante: guardar um segredo e manter o sigilo médico, ou revelar uma informação importante para a pessoa que está disposta a fazer a doação de um órgão. No caso, a doadora de órgão tem uma relação amorosa com a receptora, mas a receptora conta para a médica que pretende terminar com ela. Todavia, ao final do episódio a doadora já sabia do término e mesmo assim quis realizar a doação para a então e ainda companheira. Ao aplicarmos a teoria deontológica de Kant sobre a questão, podemos afirmar que não seria correto omitir uma informação importante no aconselhamento de doação, por outro lado, se fizermos a análise de consequências de acordo com o utilitarismo de Mill, chegamos à conclusão de que tal informação deveria ser ocultada, pois as consequências seriam positivas: uma vida seria salva, o que geraria maior quantidade de felicidade. Pretendemos mostrar o quanto é difícil chegar a uma conclusão, quando a resposta não é óbvia, ou seja, quando a resposta não é a mesma de acordo com a aplicação das duas correntes, especialmente quando fazemos análise de consequências, pois nem sempre as consequências da decisão são completamente previsíveis.

Palavras-chave: dilema; deontologia; utilitarismo

ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO: SUAS DIFICULDADES E O SEU PAPEL NO ENSINO

Durante décadas, tem sido suscitada a elucidação de algo que ainda parece pairar sobre um mar de dúvidas e incertezas, o ensino da Filosofia. Se esta última tem relação com a atividade de

filosofar, como, por exemplo, Sócrates fazia na Grécia antiga, ou se ensinar Filosofia é outro ramo desta última, sendo as duas atividades distintas. O autor Desidério Murcho coloca o problema da seguinte maneira: para ensinar Filosofia de forma rigorosa a seus alunos, o professor não deveria dominar as ferramentas básicas da sua atividade? Saber formular bem os problemas e, de certa maneira, filosofar mesmo que não seja ao nível de Sócrates ou Platão? Para o autor português o que torna deficitário o ensino dos temas da Filosofia se dá justamente pelo fato da formação pobre dos docentes. Não dominar a lógica, a argumentação e os problemas filosóficos faz com que os docentes do ensino secundário transmitam conteúdos de forma confusa. Assim tornando mais dificultoso a compreensão dos temas e conseqüentemente desmotivando os alunos e transparecendo que o conteúdo seja chato. Tornando um círculo vicioso onde falta domínio do professor de algumas habilidades, os alunos não compreendem a Filosofia e não sabem dar sua opinião sobre o tema, e o ensino de Filosofia se torna cada vez mais precário. Por mais que haja duas ou três dificuldades que podemos apontar no ensino de Filosofia e a compreensão dos alunos das ferramentas básicas, creio, assim como Desidério Murcho crê, que há saída para podermos melhorar isso. O docente que quer passar o conteúdo da melhor forma e instigar o espírito filosófico em seus alunos deve procurar estudar além daquilo que lhe é recomendado na universidade. Além disso, procurar fazer reuniões com outros docentes para discutir temas, argumentar, saber defender sua posição. Então, a nossa pretensão, ao trazer essa temática, é apontar o que está dificultando o prosseguimento da atividade filosófica no ensino e demonstrar que nada está perdido ou tão distante de melhorar a ponto de nos desanimar.

Palavras-chave: dificuldade; ensino; professor

André Vinícius Dias Carneiro

adcarneiro.ad@gmail.com

AS ONDAS VIRTUAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MASSAS DIGITAIS

O século XXI é considerado por muitos estudiosos, tanto das ciências sociais e políticas, quanto da Filosofia, como a era da informação. Com a comunicação virtual cada vez mais rápida e também mais abrangente, a informação acabou por ocupar o lugar central nos principais aspectos da vida humana, tanto econômico, quanto político e social. Estamos cada vez mais conectados uns com os outros no ambiente virtual, no entanto, essa comunicação muitas vezes se coloca como um fator de segregação entre as pessoas. Fenômenos recentes podem ser observados para fundamentar essa perspectiva de "falta de conexão" como, por exemplo, as *fake news*, que acabam se tornando importantes armas a favor da ideologia política e na formação das novas massas sociais. É importante

ressaltar que os comportamentos sociais foram moldados em razão das mídias digitais, sendo preciso inclusive pensar acerca do conceito de massa trazido no início do século XX, afinal nos tempos atuais essa aglomeração de pessoas em torno de um ideal político não mais se aplica como outrora. Inclusive os ideais políticos tendem a não mais perdurar pelo longo tempo que perduravam. Com a velocidade da transmissão da informação, a sociedade começa também a adotar essa velocidade em suas relações, fazendo com que as pessoas se unam apenas momentaneamente, em situações muito específicas e não formem um vínculo mais duradouro. Isso ocorre porque apesar da facilidade de circulação da informação, o meio digital permite as pessoas o anonimato que vai na contramão da responsabilização pelo seu conteúdo. Enquanto no século XX, os cidadãos, ao se unirem, acabavam por se revelar para os seus iguais, hoje, essa aglomeração pode ser feita por estranhos sem rosto, impedindo assim a formação de vínculos sociais mais duradouro. O presente trabalho se propõe a fazer breves reflexões sobre os caminhos dessa nova forma de comunicação e como ela acabou por se tornar uma importante arma política ao modificar os comportamentos sociais.

Palavras-chave: digital; política; massa; mídia

Andressa Alves Souto

andressasouto@hotmail.com

O TEMPO DA PERCEPÇÃO E A PERCEPÇÃO DO TEMPO: A REPRESENTAÇÃO DO TEMPO NOS ESCRITOS DE FREUD

No presente trabalho, procuro desenvolver um tema pouco elaborado nos escritos freudianos, a saber, o problema do tempo. Meu ponto de partida é a distinção efetuada por Jean Laplanche entre dois aspectos do tempo que se entrelaçam nos escritos de Freud, a saber, a temporalidade da percepção e a temporalidade envolvida no conceito de *Nachträglichkeit*, advinda da relação com o outro. Numa direção oposta ao interesse de Lanplanche, que se dirige, sobretudo, a este último aspecto da temporalidade psíquica, procurarei evidenciar a concepção freudiana de tempo no que se refere ao seu aspecto perceptual. Num pequeno texto de 1925, traduzido para o português como *Notas sobre o Bloco Mágico*, Freud afirma que a gênese da representação do tempo encontra-se na consciência. Aparentemente, esta afirmação não anuncia nada de novo, tendo em vista que o próprio Freud afirmou, por diversas vezes ao longo de seus textos de metapsicologia, que o inconsciente é atemporal, deixando explícito, de certo modo, o sentido desta atemporalidade: no inconsciente não há ordenação sucessiva, nem

diminuição de intensidade das vivências ao longo do tempo. Todavia, é possível identificar no tratamento freudiano do inconsciente algumas características que, tradicionalmente, foram vinculados à ideia de representação do tempo, como, por exemplo, a noção de duração. Diante desta constatação, minha hipótese de trabalho aqui é de que este aspecto, que podemos denominar “tempo da percepção”, se confunde, em especial no texto mencionado, com aquilo que podemos denominar na filosofia tradicional, como “percepção ou representação do tempo”. Para tanto, o estudo aqui empreendido procurará percorrer a estrutura do texto, fornecendo as bases necessárias para sua compreensão. Sua estrutura é a seguinte: em um primeiro momento, apresento a descrição da atividade perceptual efetuada por Freud na *Carta 52 a Fliess*, de 1896. A este primeiro momento denomino “Elementos para uma compreensão do aparelho perceptual”. Em um segundo momento, intitulado “A metáfora da lousa mágica”, apresento a analogia feita por Freud para elucidar a formação do aparelho psíquico, procurando explicitar os caracteres temporais nela envolvidos.

Palavras-chave: tempo; percepção; metapsicologia; inconsciente

Barbara Leandra Porto Mota

barbara.porto@ufu.br

A INTERCONEXÃO ENTRE PODER, SABER E SEXUALIDADE: UM BREVE DIÁLOGO ENTRE MICHEL FOUCAULT E JUDITH BUTLER

O presente trabalho, inserido na perspectiva da filosofia contemporânea, almeja um diálogo entre Michel Foucault e Judith Butler. Ao realizar uma análise da interconexão entre poder-saber-sexualidade nas obras: *História da sexualidade I: vontade de saber* e o primeiro capítulo do livro *Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade* de Judith Butler, busca-se, por meio do detalhamento das principais teorias, sendo Foucault, por um lado, aquele que dá ênfase à complexidade da relação do poder com o saber; por outro, Butler se dedica aos desafios das normas de gênero, criando uma teoria da performatividade. Dito isso, apresenta-se a interlocução entre o que Foucault entende pela relação poder-saber-sexualidade e a complementação da performatividade de Butler. Michel Foucault enfatiza a complexa forma de como é entendida a relação poder-saber-sexualidade. Ele acreditava que o poder não representava uma entidade unidirecional, mas sim, um fenômeno que não poderia ser separado do saber, questionando dessa forma as estruturas de poder que exercem o controle e organizam o modo como conhecemos e,

por consequência, de como entendemos a realidade da sexualidade. A análise foucaultiana faz um detalhamento das instituições sociais e dos seus mecanismos de controle. No entanto, a performatividade fica de fora. Nesse sentido, Butler desafia as tradições de gênero e acredita que o gênero é uma relação dinâmica entre saber e poder. Acredita também que o mesmo não é uma identidade fixa, mas sim uma construção social que é repetidamente praticada e “realizada” por meio de ações e palavras. Butler trata com muita ênfase como as normas de gênero são diretamente expressões de poder e de controle social, bem como a forma como o desempenho dos gêneros desafia as normas já pré-estabelecidas. A partir de Butler pode-se pensar em um complemento à teoria foucaultiana. Donde pensar o diálogo entre estes autores se pode também vislumbrar uma conexão de suas teorias, afinal Foucault é uma influência nos estudos de Butler.

Palavras chaves: Poder; Saber; Sexualidade; Filosofia; Foucault; Butler

Davi Maranhão De Conti

decontidavi@gmail.com

QUAL VIDA NO INTERIOR DO BIOPODER - UMA REFLEXÃO ACERCA DO TEMA DA VIDA EM GEORGES CANGUILHEM E MICHEL FOUCAULT

Reconhecer os distanciamentos e as aproximações possíveis entre as perspectivas de Georges Canguilhem e de Michel Foucault a respeito do tema da vida leva não apenas à constatação da importante influência exercida sobre Foucault por aquele que orientou sua tese sobre a *História da Loucura* como também conduz a uma renovada interpretação da temática biopolítica. Ao passo que o tratamento conferido ao tema da vida em *Le normal et le pathologique* (1966), bem como em *La connaissance de la vie* (1965), revela o interesse de Canguilhem em redefinir o vitalismo distanciando-o da querela com o mecanicismo, a abordagem foucaultiana do tema da vida em *Les mots et les choses* (1966) e em *Naissance de la clinique* (1963) não pretende propor uma noção de vida, mas antes explicitar a função do conceito de vida como um marcador epistemológico que vem à tona na virada epistêmica que inaugura a modernidade. Ao realçar o modo diverso pelo qual Canguilhem e Foucault investigam o tema da vida habilitamo-nos a iluminar criticamente o debate político-filosófico contemporâneo a respeito da biopolítica, porque tornamo-nos aptos a distinguir qual noção de vida está em jogo na noção de biopolítica como formulada por Foucault. Essa leitura crítica do tema da biopolítica em Foucault apoia-se sobretudo na obra de Maria Muhle intitulada *Eine Genealogie der Biopolitik* –

Zum Begriff des Lebens bei Foucault und Canguilhem (2008), a qual, como veremos, apresenta uma saída à ambivalência do conceito de biopolítica, que possibilita tanto uma leitura que toma a vida como mero objeto das relações de poder, que termina por assimilar a noção de biopolítica ao conceito de tanatopolítica, quanto uma interpretação da vida como fundamento ontológico de uma resistência ao biopoder, a qual deriva da leitura deleuziana da obra de Foucault.

Palavras-chave: Vida; Biopolítica; Foucault; Canguilhem

Gabriel Telles dos Santos Burgarelli

gabrielburgarelli@discente.ufg.br

O LEGISLADOR DE ROUSSEAU E UM OLHAR PRÓPRIO PARA A PRESENÇA DA RELIGIÃO NO CORPO POLÍTICO

Este trabalho trata de uma leitura do capítulo *Do Legislador*, constante no livro II de *Do Contrato Social* de Rousseau, e tem os objetivos de abordar traços importantes dessa figura emblemática na obra e de lançar luz ao olhar rousseauiano sobre a presença da religião, ou do sentimento religioso, no corpo político. Notadamente, o primeiro momento em que o recurso à religião surge como uma espécie de instrumento no *Contrato* se dá justamente nesse capítulo. Posteriormente na obra, mais especificamente no capítulo *Da religião civil*, no livro IV, Rousseau delineia de forma mais objetiva, após vasta análise histórica e filosófica da relação entre religião e política, seus princípios de direito político sobre a presença da religião no Estado. No entanto, parece-nos caro observar que é desnecessária – e talvez equívoca – uma separação desses dois capítulos entre a abordagem do uso da religião e a abordagem da fundamentação da presença religiosa no corpo político, uma vez que ambos envolvem essas duas questões, em maior ou menor medida, em seus próprios contextos. Com isso em vista, pretendo chamar atenção a questões implícitas nas identificadas funções do legislador, para mostrar como elas parecem conter uma perspectiva própria de Rousseau sobre o fenômeno da presença religiosa nas sociedades e sobre como politicamente lidar com ele. A principal hipótese trabalhada aqui é que, principalmente por seu caráter de recurso linguístico, o uso da religião se mostra como um mecanismo de acesso ao sentimento mais próprio do povo na constituição do contrato social. Deste recurso, o que importa, portanto, é a garantia da legitimidade do poder político em sua base popular.

Palavras-chave: legislador; religião; política; contrato social

MOTIVAÇÕES PARA SUSTENTAÇÃO DA TRIPARTIÇÃO DA *PSYCHE* NO LIVRO IV DA *REPÚBLICA*

A *República* é uma relevante obra para o *corpus* platônico. No Livro IV, há a definição de justiça, conceito essencial dessa obra e que se estabelece a partir da tripartição da cidade e da alma. Neste trabalho, analisar-se-á de que forma a tripartição da alma pode ser compreendida no Livro IV, da *República*. Para tanto, será necessária uma análise das motivações teóricas de Platão para a proposição, no Livro IV, de uma alma tripartida. A tripartição da alma é tema bastante complexo, já que o uso do termo “partes” ainda não é facilmente compreendido. Para além disso, a tripartição da *psyche* não é justificável em outras obras de Platão. Nesta pesquisa, compreende-se as partes da alma como elementos conceituais, que “[...] dependem do todo para suas condições de identidade e o todo não pode ser dissolvido em suas partes conceituais.” (MILLER, 2011, p. 270). Assim, as partes da alma coexistem e há, de alguma forma, uma relação de dependência entre elas. A alma tripartida é constituída de razão, apetite e impulso. Cada uma dessas partes exerce uma função que lhe é própria. Há uma perspectiva bastante difundida de que a tripartição da alma, no Livro IV, se apresenta como uma justificativa para a existência de desejos conflitantes em um indivíduo. Em 439 c, Platão afirma:

- Será que diremos que algumas pessoas, às vezes, mesmo sedentas, não querem beber?

[...]

- Então, disse eu, o que se afirmaria a respeito delas? Não seria que, na alma delas, há um elemento que lhes ordena que bebam e um outro que os retém [...]?

A tripartição da alma, dessa maneira, justifica os conflitos mentais que se pode viver, graças a existência de partes constituídas de maneiras diferentes no interior de uma *psyche*: querer beber e, ainda assim, não o fazer por ser governado por uma determinada parte da alma. A tripartição da alma explica o porquê da existência de vontades que, em alguma medida, são contrárias. Essa argumentação, segundo Shields (2001) e Miller (2011), não é suficiente para pressupor que a alma seja tripartida. Shields (2001) alega que vivenciar desejos conflitantes não é suficiente para a explicação da existência de uma alma tripartida. O estudioso, todavia, evidencia que a escolha de *x* em detrimento de *y* não é justificável necessariamente pela existência de partes distintas da alma. Ao reconhecer que fazer *x* é possível para mim, posso considerar o maior prazer de *x* em relação a *y*. A ação pode ser movida, dessa maneira, pelo prazer, mesmo que se tenha o

conhecimento dos malefícios de uma determinada escolha e disso não se segue a tripartição. Pode-se notar, dessa maneira, uma grande dificuldade em relação ao que Platão pretendeu desenvolver ao analisar que a alma é tripartida.

Palavras-chave: *psyche*; tripartição; analogia alma-cidade; justiça

George Francisco Ceolin

georgeceolin@ufg.br

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA NA OBRA O CAPITAL: PARA COMPREENDER A LÓGICA DIALÉTICA MATERIALISTA NA OBRA O CAPITAL

Marx não nos entregou uma Lógica, deu-nos a lógica d'*O capital*. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que pensava do capital, e sim, nos permitiu apreender a estrutura e a dinâmica reais do capital; não lhe atribuiu ou imputou uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua lógica imanente. Apresentou-nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real. E para operar esta reprodução, ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. Ao preparar a exposição dialética de sua obra *O capital*, Marx a inicia com um capítulo específico onde expõe a construção categorial do valor num movimento de materialização da dialética na objetividade social que cumpre a função de uma introdução metodológica da obra. Nele, Marx desenvolve - num processo de abstração em diferentes níveis de exposição - “a análise da substância e da magnitude do valor”, corporificado na “forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma valor assumida pela mercadoria” na sociedade burguesa. Esta distinção metodológica, bem como a ênfase nas determinações da autonomização da forma valor-mercadoria e de seu fetichismo, é o núcleo da apresentação categorial dialética de Marx, que distingue sua obra madura de todas as outras onde tratou o tema da mercadoria. O movimento do pensamento não é a reprodução racional da realidade concreta na sua manifestação imediata. A apreensão das manifestações imediatas do real pelo pensamento exigem a mediação da abstração teórica para que as “múltiplas determinações” constitutivas de seu modo de ser na totalidade concreta possam ser explicitadas e interpretadas em conceitos. Assim é que o método dialético permite uma análise que “transforma o imediato em mediato, a representação em conceito”, da concretude às propriedades mediatas, levando as “determinações abstratas (...) à reprodução do concreto, por meio do pensamento”. Neste sentido, o método dialético

marxiano aparece, a priori, como um método de exposição teórico abstrato, já que de fato, enquanto movimento do pensamento, está regido por categorias do pensamento. No entanto, não especulativo aprioristicamente, uma vez que exige a realidade como ponto de partida efetivo. Na perspectiva de materialização da dialética, Marx consubstancializa sua construção categorial com determinações históricas para completar a passagem de um momento para outro de sua apresentação categorial dialética, de modo que suas categorias expressem um objeto historicamente constituído, sem que sejam historicamente determinadas. O desenvolvimento real do objeto não pode ser constituído pela própria exposição dele. Para Marx, o objeto não revela de imediato sua racionalidade imanente, que deve ser descoberta como nexos interno pela pesquisa. Assim, a pesquisa deve apreender a relação entre o nexos interno do objeto e suas formas externas de manifestação, enquanto uma dedução de categorias, que “aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida (...)”.

Palavras-chave: Lógica; dialética materialista; construção categorial; capital

Igor Freitas Martins

igor.reitas@outlook.com

A GENEALOGIA REALIZADA POR MICHEL FOUCAULT, COMO DEFINÍ-LA?

O tema do trabalho a ser comunicado é a pesquisa genealógica de Michel Foucault. O objetivo deste texto é apresentar a compreensão de Michel Foucault em respeito à sua própria atividade de pesquisador, realizada na primeira metade da década de 70 do século XX. A pergunta “A genealogia efetivada por Foucault é uma genealogia de quê?” é a questão norteadora da pesquisa a ser comunicada. Nesse sentido, abdicamos de utilizar como fundamento desta pesquisa textos como *Nietzsche, a genealogia e a história*, em que Foucault explicita a genealogia da história efetivada por Friedrich Nietzsche, e *Por uma Genealogia do Poder*, em que Roberto Machado defende a posição segundo a qual a pesquisa realizada por Foucault a partir de 1970 é uma genealogia do poder. Diferentemente, a partir de *Genealogia e Poder* deve-se compreender a genealogia realizada por Foucault como uma crítica local do saber.

Palavras-chave: genealogia; crítica, saber

O CONCEITO DE ESPÍRITO SUBJETIVO EM HEGEL E SEUS PROCESSOS ENQUANTO CONSCIÊNCIA

Este trabalho busca compreender e expor o conceito de “Espírito” e suas divisões no interior da filosofia de Hegel. Será observado como o espírito se relaciona com a natureza no processo de seu autodesenvolvimento e como isso contribui para o seu autoconhecimento, tendo por base principal os parágrafos contidos na introdução da Filosofia do Espírito, onde encontramos os estudos de Hegel sobre o Espírito Subjetivo e, neste contexto, explicitaremos como a consciência se localiza no interior da subjetividade do espírito. O objetivo principal é analisar e reconhecer como se dá o processo de aparição da consciência e todos seus desdobramentos enquanto tal, assim como enquanto autoconsciência e sua relação com outras consciências e/ou culturas presentes também no âmbito da Filosofia do Direito. Para tanto, nos basearemos na obra *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (1830), mais precisamente na Introdução e na primeira seção da Filosofia do Espírito, onde encontraremos informações específicas sobre o Espírito Subjetivo. Passaremos por recortes da Filosofia do Direito, brevemente pela obra *Fenomenologia do Espírito* (1807) e por partes específicas da obra *Idéias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica*, de Edmund Husserl. Como resultado, mostrarei como se dá a relação da consciência com outras consciências e sobre a construção da sociedade que decorre dessa relação, como também as possíveis intervenções que o convívio social pode realizar na consciência e a ligação com consciências de outras culturas.

Palavras-chave: autoconsciência; consciência; espírito; Hegel.

A CONDIÇÃO FEMININA E CASAMENTO COMO ABORDAGEM FILOSÓFICA PRESENTE NO CONTO *É A ALMA, NÃO É?* DE MARINA COLASANTI

Quando se pensa em filosofia, é comum associar essa concepção à figura de filósofos, em sua maioria homens europeus, e aos seus complexos ensaios e tratados filosóficos. Essa associação talvez contribua para a dificuldade de reconhecer a filosofia brasileira, que não se restringe apenas à compreensão do que pode ser considerado como nossa filosofia,

mas também à compreensão de questões filosóficas abordadas de maneiras diversas, como na literatura. Neste contexto, pretendemos destacar a presença de filosofia na obra de Marina Colasanti. O conto *É a alma, não é?*, que faz parte do livro *O leopardo é um animal delicado*, narra a rotina de Marta, uma mulher casada que passa seus dias solitária em seu apartamento, dedicando-se aos afazeres domésticos enquanto aguarda o retorno de seu marido, que sai para o trabalho todas as manhãs e volta ao anoitecer. Tudo poderia permanecer monótono e inquestionável, se não fosse por uma manhã em que o marido, durante o café, lê uma notícia no jornal sobre uma descoberta arqueológica: “Você viu isso, Marta? Acharam uma libélula incrustada num pedaço de âmbar, e agora vão tirar o DNA dela e fazer outra.” Essa notícia, que para ambos poderia ser vista como mera curiosidade ou entretenimento, acaba despertando em Marta uma profunda inquietação sobre seu casamento e sua própria identidade. A filosofia não se limita aos tratados e ensaios dos renomados filósofos europeus, nem fica restrita à rigidez das produções acadêmicas. Ela se manifesta de diversas formas, incluindo a literatura brasileira, que frequentemente aborda temas filosóficos, mas nem sempre recebe o devido reconhecimento. Além disso, quando se fala da representação da filosofia brasileira, notamos que diferentes formas de escrita e certos temas, como o feminismo, muitas vezes são negligenciados tanto na filosofia quanto na literatura. Mesmo quando as mulheres são personagens proeminentes na literatura brasileira, elas muitas vezes permanecem nas sombras dos personagens masculinos. Com base nessa questão, nosso objetivo é destacar a abordagem filosófica presente no conto *É a alma, não é?*, de Marina Colasanti, que pode ser identificada principalmente em temas discutidos na filosofia feminista. Dentre esses temas, destacamos o casamento e a condição da mulher, assuntos que também podem ser relacionados ao primeiro capítulo da obra *O segundo sexo: a experiência vivida* de Simone de Beauvoir, intitulado *A mulher casada*.

Palavras-chave: Filosofia, literatura, condição feminina, casamento

Kellen Aparecida Nascimento Ribeiro

kellen.nascimento@gmail.com

O TODO E A OBRIGAÇÃO: UMA LEITURA DA FILOSOFIA MORAL DE BERGSON A PARTIR DO TEXTO *AS DUAS FONTES DA MORAL E DA RELIGIÃO*

Propomos aqui tecer pontuais considerações a respeito das discussões estabelecidas por Henri Bergson no livro *As Duas Fontes da Moral e da Religião*. As argumentações sobre

a obrigação levaram-nos a intentar nosso pensamento e nossos esforços argumentativos a fim de que possamos observar de que maneira tal conceito é explanado na obra, verificando, pois, o sentido do todo da obrigação e a diferenciação das “duas morais complementares da vida” (BERGSON, 2005, p. 90). Diante disso, consideraremos a moral como o elemento que possibilita ao homem a vivência em conjunto. A dualidade que temos refere-se, pois, à abertura à criação e à transformação dos modos de vida e à conservação pura e simples que repete indefinidamente os dados do instinto de determinada espécie. Diante disso, Bergson dedica-se ao problema da moralidade e seus fundamentos, investigando a partir da observação da vida coletiva as fontes pelas quais a moralidade se desdobra. Sendo este o fundamento de duplicidade da moral pelo qual é apresentado, pelo autor, o problema da moral em *As Duas Fontes*. A diferenciação, não de grau, mas de natureza, entre duas formas de moral e a fundamentação essencial de seu escopo de atuação diante do movimento da vida é também considerada a partir de uma perspectiva de essência biológica para a moral. A moralidade presente nas ações dos seres humanos é o que, para o autor, torna possível a constituição, bem como a manutenção da sociedade. Caracterizando-se como elemento inerente às disposições que cada indivíduo traz naturalmente em sua constituição enquanto ser humano. Desta feita, a concepção de hábito está intrinsecamente ligada à ideia de costume quando se refere à ação moral, pois é a exigência social que gera o hábito, no entanto, não é esse o elemento que lhe imputa seu caráter obrigatório. A força expressa por ele advém do conjunto, a força do bloco de todos os hábitos reunidos. E é justamente este o aspecto constituinte do todo da obrigação, isto é, a tendência da obrigação considerada enquanto todo diante das obrigações particulares que será nosso objeto de discussão.

Palavras-chave: moral; hábito; Bergson

Natalha Geralda Cunha

natalhageralda@gmail.com

DISCURSO SOBRE O AMOR NAS PALAVRAS DE UMA MULHER

Esta comunicação tem por objetivo analisar o discurso de Diotima de Mantinea que está presente na obra *O Banquete* de Platão e é, sem dúvida, uma das personagens mais controversas de sua obra. Ela está presente no diálogo através das palavras de Sócrates, e sua existência é constantemente questionada no meio filosófico, visto que Platão forneceu poucas informações de que dispomos sobre sua vida. Para se falar sobre o Amor no

âmbito platônico, deve-se sempre pontuar que há um mundo de contemplação (o Amor como entidade metafísica em *O Banquete*, que nos remete à ideia de que temos escassas lembranças dele e o mesmo se concretiza em si através do mundo das ideias, ou do mundo suprassensível), a entidade Amor que será descrita por Sócrates na fala de Diotima, terá essa função precípua e, demiúrgica. Diotima, cujo nome significa ‘honrada pelos deuses’ é a única voz de mulher presente no diálogo e é, no entanto, detentora de um saber sobre o Amor do qual não podemos negar ser de caráter seguramente feminino. Sócrates - e também último discursante do diálogo – relata que se encontrou com Diotima diversas vezes e que ela lhe ensinou tudo o que ele sabia sobre o Amor. Seu discurso, diferencia-se dos demais por portar a analogia do intermediário, trazendo ênfase do Amor enquanto característica humana. Segundo ele, o amor é uma entidade cuja substância não é de um deus nem de um mortal, e sua morada encontra-se nas almas dos homens que carecem de algo. Pode-se afirmar que a relação Diotima-Sócrates se enveredou ao amor/contemplação que teve uma função filosófica, a saber, uma contemplação intelectual sobre o belo, sobre o Eros: o amor como nascido do discurso socrático visando um grau elevado entre os amantes a uma dimensão espiritual. Isto posto, a presente comunicação propende refutar os argumentos daqueles que negam a existência da mestra de Sócrates e de analisar o discurso da personagem, transmitido por Sócrates, para compreender o Amor na existência humana – com um caráter seguramente feminino.

Palavras-chave: Eros; *daimon*; Diotima de Mantinea; *Banquete*; virtude

Newton Santiago David

newton_santiago@discente.ufg.br

Orientadora: Priscilla da Veiga Borges

A DOCTRINA OFICIAL EM XEQUE

Neste trabalho, pretendo demonstrar o que Gilbert Ryle classifica como erro de categoria na doutrina oficial, representada pelo modelo cartesiano como uma dicotomia do corpo e da mente, a aceitação da existência de uma vida dupla de cada ser humano. O corpo de uma pessoa consiste em eventos do mundo físico, ao qual lhe é atribuída a vida público. O sujeito questiona e faz inferências sobre aquilo que ocorre com outro corpo no espaço usando de suas observações a respeito das ocorrências que envolvem movimentos do corpo, enquanto a mente consiste em eventos do mundo mental, dado que lhe é atribuída a vida privada que, por sua vez, corresponde a um acesso direto e inquestionável do

portador de mente, que está imune à ilusão, confusão e dúvida sobre o que ocorre na própria mente, não sendo possível o mesmo acesso a uma outra mente que não a própria. A relação entre duas mentes observando simultaneamente o que se passa em cada uma delas interiormente é impossível, ninguém consegue acessar a mente de outra pessoa. Segundo a teoria oficial, corpo e mente estão imbricados um ao outro, onde o corpo humano obedece às leis mecânicas que regem os estados e processos de todos os corpos no espaço, portanto, podendo equivocar-se a respeito da funcionalidade dos outros corpos no espaço comumente partilhado por nós enquanto seres humanos. Por outro lado, a mente não ocupa lugar algum no espaço e suas operações são isentas de funcionalidade mecânica. É de se destacar que Ryle não estabelece aquilo o que seja a mente, ele apenas faz um apontamento na categorização do que é defendido na doutrina oficial, dizendo que os estados e processos mentais não corroboram para o entendimento de que o ser humano participa de uma vida dupla, classificando o princípio de tal teoria como falso e trazendo o conceito do erro categorial como forma de refutação a essa perspectiva de René Descartes (1596-1650).

Palavras-chave: modelo cartesiano; doutrina oficial; corpo, mente; erro de categoria

Sergio Murilo Fernandez Munhoz Fontana

sergiomunhozfontana@gmail.com

A JUSTIÇA COMO EQUIDADE EM JOHN RAWLS: UMA FUSÃO ANALÍTICA DA LIBERDADE E IGUALDADE

Em PALÁCIOS (2004, p. 23), pode-se compreender que a linguagem é uma verdadeira artesã do real. Isso implica que a linguagem desempenha um papel vital na construção e interpretação da percepção do mundo, transcendendo sua função meramente comunicativa. Tal concepção realça a importância fundamental da linguagem na maneira como os filósofos expressam suas ideias e pensamentos. Neste contexto, o artigo propõe aprofundar o conceito de *equidade* na filosofia de John Rawls, especialmente em "Uma Teoria da Justiça" (1971) e "Liberalismo Político" (2000). A ênfase que o autor dedica ao termo *equidade* destaca a importância de dois valores fundamentais na existência humana: a *liberdade* e a *igualdade*. Embora diversas doutrinas abrangentes razoáveis tenham tentado enfatizar a relevância desses princípios, persiste a questão de “[...] como é possível existir, ao longo do tempo, uma sociedade estável e justa de cidadãos livres e iguais, porém profundamente dividida por doutrinas religiosas, filosóficas e morais

razoáveis” (RAWLS, 2000, p. 33, grifo nosso). Apesar dessa ponderação, a capacidade de equilibrar a *liberdade* e a *igualdade* sempre pode ser desafiada em certos contextos. Para compreender a essência da palavra *equidade* e seu lugar no sistema filosófico de Rawls, será necessária uma aproximação consistentemente com o seu pensamento, porém retrocedendo um passo na história da filosofia para buscar contribuições de Aristóteles, especialmente no que concerne ao termo grego "*epieikeia*" e, sobretudo, de Kant, cuja concepção contratualista é considerada por Rawls (2016, p. 15) como *consumada e definitiva*. O objetivo é apresentar ao público acadêmico e à sociedade em geral que Rawls busca uma harmonia perfeita entre esses dois valores fundamentais por meio de uma *fusão analítica*, em oposição a uma *fusão sintética*, sendo completamente fiel a Kant. Esses valores humanos emergem naturalmente da cultura de instituições livres que operam com *imparcialidade*, exatamente como pressuposto da "posição original" sob um "véu de ignorância." Portanto, é evidente que o tema escolhido para este artigo é relevante para o momento atual, em que a sociedade global necessita essencialmente de harmonia e paz. A reflexão proposta abrange a noção de *equidade* desde Aristóteles (1991, L. V, Cap. 10), que a compara à capacidade de adaptar a justiça ao contexto específico, até traz o exemplo da régua de Lesbos, usada para ajustar molduras e adaptar-se às formas e relevos específicos, assim como a justiça deve se adaptar ao relevo social. Finalmente, importa realçar o impacto do pensamento de Kant sobre a filosofia de Rawls, particularmente no que diz respeito à ideia de *autonomia*. Rawls não é um mero seguidor de Kant, mas um filósofo que incorpora proeminentemente o pensamento kantiano em sua teoria política, mantendo uma fidelidade aos conceitos e fundamentos éticos de Kant. Assim, ao entender-se o conceito de *juízos analíticos* no sentido kantiano, pode-se compreender a coerência e a relevância desse princípio na reflexão presente que concebe o conceito de *equidade* em Rawls como uma *fusão analítica*, em sentido kantiano, da *liberdade* com a *igualdade*, ou seja, o *ser racional* já é *livre e igual* de modo anterior à experiência política.

Palavras-chave: justiça; equidade; fusão analítica; liberdade; igualdade

Suyane Quirino de Melo

suyaneqm@discente.ufg.br

AS IMPLICAÇÕES DAS RELAÇÕES DE PODER PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA

Sob a luz do pensamento de Foucault, em especial na obra *O sujeito e o poder* (1995), tentamos compreender como o poder constitui subjetividades e fabrica *epistemes* na

modernidade brasileira, reverberando especificamente no ensino de Filosofia no Brasil. Foucault nos alerta que os saberes de uma época não são atemporais, nem a-históricos e, por isso mesmo, são produzidos por determinadas relações de poder; assim, faz-se necessário considerar o contexto social, cultural, político e econômico brasileiro para compreender as relações de poder existentes, e, conseqüentemente, as subjetividades constituídas na contemporaneidade brasileira. A análise dessas subjetividades é de extrema importância, uma vez que os sujeitos constituídos por elas fazem parte de lógicas de racionalidade presentes nas diversas instituições, incluindo as escolas brasileiras. Para tal análise, devemos considerar que, embora as relações de poder sejam estruturadas a partir da tradição cristã do poder pastoral, e por isso exerçam-se de maneira capilar e quase invisível, elas podem ser percebidas mediante um olhar sobre a história do Brasil, país colonizado e historicamente desigual. Além do estudo da história, é preciso considerar que as tecnologias atuais impactam de maneira incontestável a produção de subjetividades, como nos lembra Paula Sibilia em *Redes ou Paredes (2012)*. Buscando identificar essas relações de poder que perpassam os/as educadores/as e alunos/as brasileiros/as, propomos uma educação em Filosofia que resida nas possibilidades de mudança das atuais dinâmicas de força da sociedade brasileira, que parecem ser, em sua maioria, aprisionadoras. Visamos, portanto, uma educação em Filosofia para a estética da existência e para o cuidado de si, para que o estudante possa criar-se, refazendo caminhos e, dessa forma, construindo liberdade.

Palavras-chave: relações de poder, educação, Foucault

Wendel de Jesus Ribeiro Leite

wjesus@egresso.ufg.br

Orientador: Herivelto Pereira de Souza

PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO: UMA PROPOSTA SUBVERSIVA AOS PROBLEMAS DA SUBSTANCIALIZAÇÃO DO GÊNERO

O presente trabalho busca apresentar um horizonte possível de compreensão ao conceito de performatividade desenvolvido por Judith Butler. Para tanto, tem-se como inspiração as contribuições foucaultianas, demonstradas no processo de subjetivação dos sujeitos que se inicia com a operação dos ideais regulatórios, onde em um primeiro momento os corpos são moldados por discursos dominantes que pregam uma pseudo-fixidez do corpo, também reverberada nas questões de gênero, desejo, sexualidade. Nesse sentido, este

trabalho parte de um olhar crítico à estrutura de poder que visa produzir sujeitos para viverem em conformidade ao que está estabelecido por um "sexo verdadeiro" e uma "sexualidade coerente". Diante dessa produção, que é problemática, porque coloca outras realidades em um lugar de ininteligibilidade, incoerência, precariedade, sugere-se desmistificar os discursos que recaem em uma substancialização do gênero. Sugere-se ainda, revisitar as experiências que revelam a maleabilidade dos corpos, a descontinuidade dessas normas, no fazer do gênero, pois assim há uma proposta inicial de subversão ao problema da estabilização, engendramento dos corpos sexuados. Neste sentido, abalar os discursos promotores de exclusão ao mostrar realidades dissidentes, também é uma medida de combate, pois transparece as fantasias e delírios instituidores de uma política de apagamento e de descontextualização dos corpos desviantes às normas impostas. Vale ressaltar que apenas criticar a estrutura de poder resulta insuficiente, visto que há a problemática de que os discursos hegemônicos podem ser reafirmados assim como foi na própria filosofia e nas teorias feministas tradicionais. Ou seja, apesar das intenções emancipatórias, na filosofia e no feminismo tradicional, um sujeito pré-discursivo foi concebido na distinção entre o sexo e o gênero e isso aponta para uma reificação das matrizes heterossexistas e de uma heterossexualidade compulsória, dependentes de um discurso essencialista, ancorado nos binômios sexo-gênero, logo no binarismo homem-mulher. Perante estes impasses que ofuscam os corpos que não se encaixam no sistema binário, urge a necessidade de subversão, por isso, este trabalho se encarrega de mostrar que o conceito de performatividade é uma forma de colocar algo no lugar do conceito de substancialidade, conceito este que supõe uma naturalidade inexistente do sexo/gênero. Por fim, o presente artigo recorre ao exemplo das *Drags* que são corpos subversivos potentes, no sentido de desvelar a (i)naturalidade com a qual os gêneros homem-mulher são produzidos e no sentido de serem capazes de, pedagogicamente, mostrar como o conceito de performatividade de gênero em Butler pode ser entendido.

Palavras-chave: discurso; performatividade; poder; sexo-gênero; substancialização.